

# Diário da Assembléia

Nº 3.031

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1974

ANO IX

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Mapfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

#### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quielse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Álvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Álvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Quielse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.



**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 60.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 9 de maio de 1974 - (Quinta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados David Federmann e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quieise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antonio Belinati — Antônio Lopes Junior — Fuad Natchi — Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni e Xenofonte Villanueva. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
 Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**  
 com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11.74, que aprova termos de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11-74**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do Convênio celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROPOSIÇÃO N.º 30-74**

**P A R E C E R**

Proveniente da Mensagem Governamental n.º 6-74, a presente Proposição visa aprovar os termos do Convênio n.º 04-74, celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

A Propositura enfocada tem respaldo constitucional, pois está elaborada conforme preceitua o art. 47, inciso IX da Carta Estadual, quando estabelece a competência do Chefe do Poder Executivo para firmar Convênios e o "Referendum" do Poder Legislativo conforme determina o art. 22, inciso VII, do mesmo diploma legal.

Legalmente, formalmente, a Propositura da mesma forma está conforme. Assim, está em condições de ser APROVADA pela Casa, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(Ass. ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Ass. ilegíveis)

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**P A R E C E R**

**A O**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11-74**

I) — O Projeto foi elaborado com fundamento em dispositivos constitucionais, após aprovação da Comissão de Constituição e Justiça.

II) — Foram previstos no Convênio, todos os créditos necessários, ficando a contribuição do Estado do Paraná, dentro da verba Orçamentária específica para o presente exercício.

Nosso parecer é favorável a sua aprovação

Sala das Comissões, em 16-4-74.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegíveis)

**MENSAGEM**

6-74

Curitiba, 19 de fevereiro de 1974.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins consti-

tucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 04-74, celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES  
 Governador do Estado

**CONVÊNIO N. 6-74**

Térmo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma do direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28-02-67, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1-0-12-67, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08-05-69 e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08-09-69, inscrita no CGC-MF sob n.º 92.835151, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Molro, ao final assinado, na forma do artigo 15 do já referido Decreto-Lei n.º 301, doravante denominada simplesmente "SUDESUL" e o Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente "ESTADO", neste ato representado por seu Governador, Doutor Emilio Hoffmann Gomes, têm justo, certo e combinado, a celebração do presente Convênio, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA: — Do Objetivo do Convênio:**

O presente Convênio tem por objetivo, a colaboração da "SUDESUL" na elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, doravante denominado simplesmente "PLANO", previsto no item I do artigo 3.º da lei complementar n.º 14 de 08-06-73, de conformidade com o Plano de Aplicação e com o Termo de Referência, constantes do processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 3582-73, de 23-11-73, os quais fazem parte integrante deste processo, independentemente de transcrição

Parágrafo Único: — Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto, referidos na cláusula anterior, poderão ser modificados, independentemente de ato aditivo, desde que aprovadas as modificações previamente e por escrito, pela "SUDESUL" e não importem em alterações do objeto e da classificação orçamentária.

**CLAUSULA SEGUNDA: — Da Elaboração do Plano:**

Caberá ao "ESTADO", pela Coordenação de Planejamento Estadual e, nos termos da Lei Estadual n.º 6517, de 02-01-74, elaborar o Plano, podendo a mesma sub-empregar a execução dessa obra com terceiros de reconhecida idoneidade técnica e, enunciativamente, com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, sob responsabilidade solidária do "ESTADO".

**CLAUSULA TERCEIRA: — Dos Recursos:**

Para consecução do objetivo deste Convênio, o "ESTADO" e a "SUDESUL", contribuirão com a quantia de Cr\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil cruzeiros), a saber:

- a) — "SUDESUL" até Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros);
- b) — "ESTADO" com Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

**CLAUSULA QUARTA: — Da Origem dos Recursos:**

I) — O valor da contribuição da "SUDESUL" especificado na cláusula anterior foi empenhada sob n.ºs. 1136, 1138 e 1142 em 30-11-73 e correrá à conta de seu Orçamento — Programa para o exercício de 1973, classificada como segue: PROGRAMA: Habitação e Planejamento Urbano; SUBPROGRAMA: Planejamento Urbano; PROJETO: 11.06.1.163 — Programa de Ação Concentrada; ELEMENTO DE DESPESA: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros Cr\$ 77.550,00 (Setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros) e 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial Cr\$ 5.450,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta cruzeiros) e, ainda, do PROGRAMA: Administração; SUBPROGRAMA: Planejamento e Organização; PROJETO: 01.08.1.041 — Estudos Básicos do Planejamento Especial, Setorial e Regional; ELEMENTO DE DESPESA: 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial Cr\$ 317.000,00 (trezentos e dezessete mil cruzeiros). II) — O "ESTADO" contribuirá com a importância de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), cuja despesa correrá à conta da dotação prevista no artigo 24 da Lei 6517, de 02-01-74, empenhada sob o n.º , em , e assim classificada:

**CLAUSULA QUINTA: — Da Transferência dos Recursos:**

A "SUDESUL" transferirá ao "ESTADO" o valor de sua contribuição, mencionada neste instrumento, de uma só vez, após a assinatura e publicação do presente Convênio, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

**CLAUSULA SEXTA: — Da Aplicação dos Recursos da "SUDESUL":**

A contribuição da "SUDESUL" será aplicada pelo "ESTADO", na primeira etapa — CONHECIMENTO DA REALIDADE REGIONAL — do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, obedecendo as especificações dos Termos de Referência e limitações constantes do Plano de Aplicação referido na cláusula primeira.

**CLAUSULA SETIMA: — Da Complementação de Recursos:**

Toda e qualquer despesa necessária à execução do disposto na cláusula primeira, que exceder a contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "ESTADO", que se obriga a tomar todas as providências para obter os recursos necessários, a fim de que o convencionado neste ato seja totalmente executado no prazo estabelecido na cláusula décima.

**CLAUSULA OITAVA: — Do Depósito dos Recursos da "SUDESUL":**

A contribuição da "SUDESUL" entregue ao "ESTADO", em conformidade com o pactuado na cláusula quarta, será obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S/A, em conta vinculada.

**CLAUSULA NONA: — Da Prestação de Contas:**

A prestação de contas da parcela de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), correspondente à contribuição da "SUDESUL", será feita pelo "ESTADO".



DO", dentro do prazo de 2 (dois) meses, contados após a data do término do prazo de execução, estabelecido na cláusula décima, com os documentos originais correspondentes e será organizada em forma contábil, observando as pertinentes exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

**Parágrafo Único:** — Os saldos da contribuição da "SUDESUL" porventura inaplicados, reverterão aos cofres da mesma, por ocasião da prestação de contas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: — Do Prazo de Elaboração do Documento:

O "ESTADO" obriga-se a concluir o documento citado na cláusula sexta, diretamente, ou por intermédio de terceiros, como dispõe a cláusula segunda, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data do pagamento a que se refere a cláusula quinta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: — Das Obrigações Complementares do "ESTADO":

O "ESTADO" compromete-se ainda, em relação ao documento citado na cláusula sexta:

- a) — A submetê-lo à análise da "SUDESUL";
- b) — A apresentar à "SUDESUL", relatórios semestrais sobre o andamento da elaboração do mesmo;
- c) — A fazer constar em todos os exemplares do mesmo, a colaboração da "SUDESUL";
- d) — A enviar à "SUDESUL", 5 (cinco) exemplares do documento elaborado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: — Do Atestado Quanto à Prestação de Serviços:

O "ESTADO", através do Secretário ou de quem por ele designado, atestará a prestação de serviços do pessoal técnico ou não, aplicado na execução do presente Convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: — Do Acompanhamento dos Trabalhos:

Fica assegurado à "SUDESUL", o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o andamento das atividades ou serviços do presente Convênio, independentemente da prestação de contas que o "ESTADO" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido na cláusula nona.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: — Da Emissão do Laudo Técnico:

Caberá ao Departamento de Desenvolvimento Local da "SUDESUL", a emissão do Laudo Técnico exigido pelo artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A "SUDESUL" e o "ESTADO" são co-proprietários do produto final do trabalho, podendo utilizá-lo livremente. O "ESTADO" se compromete, outrossim, a dar livre acesso à "SUDESUL", às informações que instruíram a elaboração do documento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: — Da Rescisão:

A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas, motivará a imediata rescisão do presente instrumento; se a inadimplência for reputável ao "ESTADO", ficará este obrigado a restituir diretamente aos cofres da "SUDESUL", a importância desta recebida, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração; se for imputado à "SUDESUL", ficará esta obrigada a quitar os compromissos já assumidos e a serem cobertos com sua contribuição conforme Cronograma e Plano de Aplicação anexos. Ambos os ressarcimentos se farão independentes de interposição judicial ou extra judicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: — Do Prazo de Vigência:

O período de vigência do presente Convênio, será de 26 (trinta e seis) meses, contados da data de pagamento a que se refere a cláusula quinta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: — Da Prorrogação dos Prazos:

Os prazos do presente Convênio, tanto o de execução, como o de prestação de contas e o de vigência, poderão ser prorrogados, caso surgirem motivos que justifiquem tal prorrogação, por solicitação do "ESTADO" e obtido o prévio consentimento da "SUDESUL".

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: — Do Foro:

As partes elegem o foro de Porto Alegre, para conhecer qualquer ação, exceção, execução, interposição, notificação ou vistoria, pertinentes aos negócios consubstanciados neste instrumento ou a eles conexos, renunciando a qualquer outro, o mais privilegiado que for.

E, por estarem acordes, mandaram que eu (assinatura ilegível), Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, datilografado em 5 (cinco) laudas, por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica, o que, depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 31 de janeiro de 1974.

"SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro, Superintendente

"ESTADO" — Engenheiro Emílio Hoffmann Gomes, Governador

Testemunhas:

(Ass. Ilegível)

(Ass. Ilegível)

(Firmas reconhecidas no original)

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 10, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

### 4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### Ata de 61.ª Sessão Ordinária

#### Realizada em 9 de maio de 1974 - (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e David Federmann.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati

Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzal — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Lossó — Iris Caldart — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacobmel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíselo Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Fuad Nacil — Ivo Thomazoni — Qvidio Franzoni e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 1-74.

— de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs.: 280-73 e 215-73.

#### Requerimento

Senhor Presidente.

Considerando:

1 — Que em início de 1971, por determinação do então Governador do Estado, foi autorizado o asfaltamento da rodovia que liga Umuarama à Guaíra, trecho Ivaiporã - Guaíra;

2 — Que, naquela oportunidade, anunciou-se a conclusão da obra dentro de um prazo máximo de seis meses;

3 — Que, a despeito dos trabalhos necessários à implantação do asfalto terem sido iniciados na época, por determinação superior, posteriormente, as obras foram totalmente paralisadas, ocasionando incalculáveis prejuízos ao erário estadual, pois, abandonado, todo o serviço realizado foi praticamente destruído;

4 — Que, em virtude do fato acima, a região de Iporã, Terra Roxa e Guaíra vem lutando com inúmeras dificuldades, não apenas relacionadas com a deslocação de seus moradores, mas principalmente, com o escoamento da produção da região, uma das mais férteis do Paraná, além de travancar o desenvolvimento da indústria do turismo (7 Quedas).

Isto posto, requero, regimentalmente, o envio de ofício à S. Exas. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., participando-lhes o inteiro teor deste e solicitando que se dignem adotar, urgentemente, as medidas necessárias visando o imediato reinício das obras de asfaltamento, incluindo-as no plano prioritário do programa rodoviário do Estado.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974.

(a) Maurício Fruct

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Senhor Eulógio Kuhl, Diretor Geral do Departamento de Correios e Telégrafos, solicitando ao mesmo providências no sentido de que determine estudos para que venha a ser criada e instalada uma agência daquele órgão, na sede do Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1974.

(a) Odilon Reinhardt

#### JUSTIFICATIVA

O Município de Santa Helena, dentre os diversos Municípios que compõem parte integrante da região oeste do Estado do Paraná tem acompanhado muito de perto e colaborado de forma efetiva e convincente para o amplo e largo desenvolvimento daquela região de nosso Estado.

Tal desenvolvimento, tende a provocar como realmente provocou um vertiginoso crescimento populacional naquele Município e em especial em sua sede.

Tal fato em conseqüência, permitiu, que através dos mais diversificados meios de cultura e de produção de riquezas, passasse aquele Município a prescindir de forma mais efetiva, dos benefícios oriundo e provenientes dos serviços que são prestados pelo correio e o telégrafo.

É portanto bastante natural, que pretenda sua população usufruir dos serviços que viriam a ser prestados através da instalação de uma agência daquele órgão, na sede do Município de Santa Helena, pois ninguém poderá contestar, o fato de que são inúmeras as dificuldades e os inconvenientes provocados pela ausência de tais serviços.

Por termos recebido a incumbência do povo daquele Município de pleitear daqui desta Casa de Leis, junto ao órgão de direito para a instalação daquela modalidade de serviços, é que nos permitimos apresentar a presente reivindicação, que temos a mais absoluta certeza, após ser devidamente estudada pela direção dos Correios e Telégrafos, não medirá esforços e por fim achará por bem determinar a criação e a instalação de uma agência daquela empresa, na sede do Município de Santa Helena.

#### PROJETOS DE LEI:

#### PROJETO DE LEI N.º 54-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Otávio Moreira da Silva.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.



Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1974.

(a) Arthur de Souza

**JUSTIFICAÇÃO:**

Pelo alto sentido humano e em consonância com as exigências sociais, é de inteira justiça a concessão da pensão mensal a Otávio Moreira da Silva, desta forma objetivamos amparar a situação em que se encontra e sem condições de prover a sua própria subsistência.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição aos ilustres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e conseqüentemente a sua aprovação.

**PROJETO DE LEI N.º 55-74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Santa Amélia, a viatura de placa n.º CE. 34-77, ano 1966, marca Kombi Volks., certificado n.º A.49433, pertencente a Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços àquele Município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974.

(a) Gabriel Manoel

**JUSTIFICAÇÃO:**

A viatura objeto da presente doação além de se encontrar integrada nos serviços sanitários do Município, necessita de reparos gerais, de modo que ao Estado é conveniente transferi-la à Municipalidade em questão, por motivo da referida achar-se em estado inservível.

**PROJETO DE LEI N.º 56-74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Tomazina, a viatura de placa n.º CE. 29-00, ano 1966, marca Willys Ambulância, motor n.º B.6.270078, pertencente a Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços àquele Município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974.

(a) Gabriel Manoel

**JUSTIFICAÇÃO:**

A viatura objeto da presente doação além de se encontrar integrada nos serviços sanitários do Município, necessita de reparos gerais, de modo que ao Estado é conveniente transferi-la à Municipalidade em questão, por motivo da referida achar-se em estado inservível.

**PROJETO DE LEI N.º 57-74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Santana do Itararé, a viatura de placa n.º CE. 28-98, ano 1966, marca Willys Ambulância, certificado n.º 466361, pertencente a Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços àquele Município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974.

(a) Gabriel Manoel

**JUSTIFICAÇÃO:**

A viatura objeto da presente doação além de se encontrar integrada nos serviços sanitários do Município, necessita de reparos gerais, de modo que ao Estado é conveniente transferi-la à Municipalidade em questão, por motivo da referida achar-se em estado inservível.

**PROJETO DE LEI N.º 58-74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Curitiba, a viatura de placa n.º CE. 21-11, ano 1966, marca Willys Rural, certificado n.º 423922, pertencente a Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços àquele Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974.

(a) Gabriel Manoel

**JUSTIFICAÇÃO:**

A viatura objeto da presente doação além de se encontrar integrada nos serviços sanitários do Município, necessita de reparos gerais, de modo que ao Estado é conveniente transferi-la à Municipalidade em questão, por motivo de achar-se em estado inservível.

**PROJETO DE LEI N.º 59-74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — A Assembléia Legislativa concede o diploma de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao General ARAKEN DE OLIVEIRA, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 9 de maio de 1974.

(a) Francisco Escorsini

**JUSTIFICATIVA:**

As Classes Produtoras do Estado do Paraná vinham aspirando a implantação de uma Refinaria de Petróleo, para atendimento das crescentes necessidades de sua vigorosa economia.

Essa aspiração datava da época em que o ilustre General IDALIO SARDENBERG geria os destinos da PETROBRAS.

O agigantamento econômico do Estado indicou a oportunidade e a viabilidade do empreendimento, razão pela qual a PETROBRAS, então presidida pelo atual Chefe da Nação, Gen. ERNESTO GEISEL, e o Conselho Nacional do Petróleo, a cuja frente se encontra o Gen. ARAKEN DE OLIVEIRA, decidiram vir ao encontro do justo anelo paranaense.

Assim, pois, na memorável sessão plenária de 17 de março de 1971, sob a presidência do Gen. ARAKEN DE OLIVEIRA, o Conselho Nacional do Petróleo aprovou, por unanimidade, os estudos e o projeto da PETROBRAS para a construção da Refinaria no Município de Araucária.

A implantação e o funcionamento da Refinaria acarretarão longa série

de abençoados frutos, eis que, dentro em pouco, se erigirá, concomitantemente, outro e poderoso pólo petroquímico entre nós, — matriz, por seu turno, de muitas e importantes indústrias pioneiras.

A Petroquímica, no apressar a industrialização paranaense, fortalecerá a nossa economia, engrossará a caudal das rendas públicas, e oferecerá milhares de novos empregos, tanto mais valorizados pela especialização, que se verificará, da mão-de-obra, com reflexos positivos no aprimoramento econômico, social, profissional, e cultural da nossa gente.

Se muito ficou devendo ao Presidente ERNESTO GEISEL, o Paraná contraiu, igualmente, dívida de imorredoura gratidão para com o Gen. ARAKEN DE OLIVEIRA, pelo seu decidido apoio ao empreendimento.

Nada mais significativo, portanto, do que a concessão ao eminente Patriarca do diploma de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Eis, sucintamente, os dados biográficos do nosso homenageado:

Oriundo da Artilharia, foi Aspirante a Oficial pela Escola Militar do Realengo, Rio de Janeiro.

Diplomou-se, com destaque, em todos os Cursos da Carreira Militar:

- a — Aperfeiçoamento;
- b — Comando e Estado-Maior do Brasil e dos Estados Unidos;
- c — Curso Superior da Escola Superior de Guerra.

Foi instrutor de todos esses Cursos, inclusive do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Ao ser transferido para a Reserva, depois de ter galgado o Generalato na Ativa, realizou o Curso de Planejamento de Empresas na Pontifícia Universidade Católica.

Teve todas as suas promoções por merecimento.

Desempenhou as mais distinguidas atividades no Exército, de Comando, de Estado-Maior e de Oficial de Gabinete do Ministro.

Tomou parte na Força Expedicionária Brasileira, onde exerceu as funções de Oficial de Tiro do I Grupo de Obuses, e depois Oficial de Operações.

Tem as mais honrosas condecorações conferidas a um Oficial:

- a — Ordem do Mérito no Grau de Comendador;
- b — Cruz de Combate da FEB;
- c — Medalha de Ouro de Bons Serviços;
- d — Medalha Santos Dumont e Tamandaré das Forças Armadas irmãs (Aeronáutica e Marinha);
- e — Valor Militar do Exército Italiano;
- f — e várias outras.

Quando se transferiu para a Reserva, foi logo convocado para continuar no Serviço Público, como Chefe de Gabinete do Conselho Nacional do Petróleo, sob a presidência do Mal. LEVY CARDOSO.

Com o afastamento do Mal. LEVY CARDOSO para a Direção da PETROBRAS, permaneceu o Gen. ARAKEN DE OLIVEIRA como Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, cargo que ocupa até hoje.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente. Sr. Deputado Fuad Nacli.

Encontrando-se ausente o Deputado Fuad Nacli, não existindo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente. Tem a palavra o primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Maciel.

O SR. ANTONIO MACIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença na Tribuna na tarde de hoje é para fazer um apelo, principalmente à Secretaria dos Transportes para esclarecer à Assembléia Legislativa do Paraná sobre a realização da construção do asfalto Mauá-Ivaiporã. Como é do conhecimento geral, a estrada que liga Mauá a Ivaiporã vem se arrastando a sua construção desde a tempo do Governador Paulo Pimentel. Esta estrada faz parte do trecho Mauá-Ivaí, Porto Ubá, na BR-272. Esta estrada vem cortando exatamente o anel rodoviário do Paraná pelo meio, dando assim, uma condição de muitos Municípios ficarem bem próximos do asfalto. Atravessa esta estrada o Vale do Ivaí, Terra Roxa, região fertilíssima, e vem se arrastando esta construção há tanto tempo. Ainda no Governo de Paulo Pimentel foi iniciado o primeiro dos 20 quilômetros, dividindo em três firmas empreiteiras. E por incrível que pareça, uma dessas três firmas, faliu. E o processo se arrastou no DER por muito tempo até que fosse recomçado. Agora, neste período legislativo, foi recomçado de Faxinal a Porto Ubá, novamente por três firmas, e por coincidência dos fatos, também divididas em três firmas, sendo que duas delas estão trabalhando normalmente, e uma paralisada com os seus serviços, desde dezembro. E as informações obtidas no DER e na firma são contraditórias. E por esta razão, requeremos hoje, uma Comissão de Inquérito para apurar a responsabilidade de quem quer que seja, deste trecho. Porque já sabemos que um edital de concorrência do asfalto já está pronto e a firma que está fazendo o serviço de terraplenagem continua parada.

Vou ler para que seja transcrito nos Anais da Casa, o Requerimento que nós apresentamos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer a constituição de uma Comissão de Inquérito, após ouvido o Plenário, composta de três (3) membros, para, no prazo de noventa (90) dias, investigar as causas e apontar os responsáveis pela paralisação dos trabalhos de terraplenagem do trecho de onze (11) quilômetros da estrada situada entre a localidade de Faxinal e Porto Ubá, no rio Ivaí, contratados, (parte) com a firma TERRA-TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., de Curitiba, cujos trabalhos estão paralisados desde o final do mês de dezembro de 1973 até esta data.

O referido trecho, de Faxinal a Porto Ubá, está entregue a três firmas empreiteiras, sendo que as duas outras estão trabalhando normalmente, fato que torna o acontecimento acima descrito suscetível de investigação.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974.

(a) Antônio Maciel”

Se há no DER, um edital preparado para o asfalto após a terraplenagem, não entendemos porque esta firma, por culpa talvez da firma ou do DER, que é exatamente o que nós pretendemos, que seja apurada, de quem a responsabilidade, do DER ou da firma:

Agora, na semana passada, percorrendo aquela região eu tive a oportunidade de visitar três acampamentos, das três firmas, e constatamos com alegria que outras duas firmas estão trabalhando normalmente, e com tristeza, uma paralisada em uma região fertilíssima, onde o transporte do escoamento é feito cada vez com mais dificuldade. Era o esclarecimento, que pedimos à aprovação da Casa.

Temos também um outro Requerimento, assim redigido: (Lê):



"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer que se oficie ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Osires Stenghel Guimarães, para informar a Assembléia Legislativa o motivo do atraso no início da pavimentação asfáltica da Estrada Mauá-Faxinal, sendo que a concorrência pública foi realizada em 2 de abril de 1974 e que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado havia anunciado o início imediato da obra.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1974.

a) Antônio Maciel".

É esta a nossa intenção, Sr. Presidente, no sentido de que seja acelerado esse trabalho para a construção daquela estrada que vai beneficiar uma região bastante rica de nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à Tribuna para trazer ao conhecimento da Casa a administração profícua do engenheiro Mário Brandalise, frente à Direção da Sanepar. Esse moço vem trabalhando constantemente procurando dinamizar tudo o que concerne aos problemas de água e esgoto no Paraná. Temos a satisfação de estar constantemente com aquele dinâmico engenheiro, Presidente daquela sociedade de economia mista, e vimos de público, agradecer pelo seu trabalho, pela abertura de concorrência em muitas cidades do Norte Pioneiro, principalmente em Cambaá, onde a Sanepar acaba de abrir concorrência pública para a construção de um reservatório de 700 mil litros e também de um reservatório elevado de 500 mil litros, duplicando, portanto, a capacidade da sua estação de tratamento e também a construção de 17 quilômetros de rede.

Estamos aqui Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que todo o Paraná saiba que este moço, à frente da Sanepar, vem dinamizando e procurando bem aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. E vem também aplicando os empréstimos nacionais em benefício do povo.

Portanto quero que o Sr. Secretário de Obras Públicas tenha conhecimento deste nosso pronunciamento para saber que o Dr. Mário Brandalise está seguindo os passos daquele Secretário, ex-Presidente da Sanepar, e está procurando trabalhar em prol da população.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste Plenário, do Sr. Benedito Pereira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Tomazina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nrs. 280-73 e 215-73. — Aprovado.

De acordo com o Requerimento acima Aprovado:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 280-73, de autoria do Deputado Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo elevar para seis (6) Salários Mínimos da Região de Curitiba, a pensão mensal concedida à Senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. Parecer favorável da C.F. e CONTRÁRIO da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 280-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para seis Salários Mínimos da Região de Curitiba, a pensão mensal concedida à Senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador do Estado, Doutor Caetano Munhoz da Rocha.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20-11-73.

(a) Emílio Carazzai

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei, visa assegurar à viúva do ex-Governador do Estado do Paraná, Doutor Caetano Munhoz da Rocha, uma pensão compatível com a condição social que ocupou seu esposo no Estado, por dois quadriênios.

Gestão tão elevada que propiciou ao Estado um período administrativo, primado pela grandeza de uma administração, salientando-se uma rede de assistência social que ainda hoje está aí para atestar a benemerência de seu governo. Notando-se as construções do Leprosário São Roque, no Município de Piraquara; o Sanatório São Sebastião, na cidade da Lapa; a disseminação de Foruns pelo interior do Estado, dando a Justiça paranaense o grau de merecimento para a sua alta investidura, além de outras obras, tanto na Capital, como o Abrigo dos Velhos no Alto do Cabral, e o Asilo para Proteção da Infância Desamparada, situado no Bairro do Portão, bem como outras realizações em obras públicas no interior do Estado.

É indiscutível a oportunidade do presente Projeto de Lei, que devidamente amparado pelo Poder Executivo, terá feito "A Justiça de Deus na Voz da História".

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER AO

#### PROJETO DE LEI N.º 280-73

Autor: Deputado Emílio Carazzai.

I — Iniciativa das mais nobres, visa o Projeto elevar o teto da pensão auferida pela viúva do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, ex-governador do Estado do Paraná.

II — Todavia, imperativo constitucional (art. 35 da C.E.) estabelece que a iniciativa de leis que criem ou aumentem a despesa pública são da competência exclusiva do Poder Executivo.

III — A viúva que se pretende amparar pelo Plano de Lei em pauta, já o está pela Lei n.º 54-63, de 23 de novembro de 1963 e recentemente pela Lei n.º 6.468, de 18 de outubro de 1973, a qual fixou em 3 (três) salários mínimos regionais o valor da pensão de viúvas de ex-deputados, ex-Presidentes, ex-Interventores e ex-Governadores.

IV — Assim exposto, não vemos como opinar pela aprovação desta matéria, a qual fere princípio de ordem legal e constitucional.

Pela rejeição.

Sala das Comissões, em 5-12-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Ivo Thomazoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PARECER AO

#### PROJETO DE LEI N.º 280-73

1 — O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Emílio Carazzai, visa autorizar o Poder Executivo a elevar para seis (6) salários mínimos da Região de Curitiba, a pensão mensal concedida à Senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva de ex-Governador.

2 — Não obstante o parecer contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça, não podemos deixar de acolher o presente projeto nesta Comissão de Finanças, uma vez que se trata de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo a sua aceitação ou não, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Álvaro Dias — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 215-73, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca "Willys", com características que especifica, pertencente à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação dos demais Projetos constantes da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 202-73, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública o Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede na cidade de Araucária. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203-73, de autoria do Deputado Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com sede e foro na cidade de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206-73, de autoria do Deputado Cláudio Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo, com sede na cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207-73, de autoria do Deputado Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo denominar "Professor Altair Mongruel", um estabelecimento de ensino do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208-73, de autoria do Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal no valor correspondente a 1 (um) salário mínimo regional, à viúva Vanil Cardoso Caparroz. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 223-73, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica para Desenvolvimento Missionário, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 223-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Evangélica para Desenvolvimento Missionário, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973.

(a) Igo Losso

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Evangélica Para Desenvolvimento Missionário, é uma entidade de caráter assistencial e religioso, que visa a dinamização e difusão dos princípios de solidariedade humana a toda a comunidade social. Está devidamente inscrita sob o n.º 86.329 no livro A do 1.º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba.

O reconhecimento de Utilidade Pública representará impulso e incentivo às suas múltiplas atividades em favor do nosso povo.

#### ESTATUTOS DA

#### ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA PARA DESENVOLVIMENTO MISSIONÁRIO

Os abaixo assinados: missionário Marcelino dos Santos, Sr. Plínio do Amaral Camargo, Sr. Valdeci Delmiro da Silva, Pastor Ernesto DeVeer, Pastor Antônio Abuchaim e Pastor Artêmio Langue Paulucci, todos maiores, brasileiros, têm entre si combinado os seguintes estatutos para a organização de uma Associação Evangélica:

#### Artigo I — O Nome

O nome desta Associação é: Associação Evangélica Para Desenvolvimento Missionário.

#### Artigo II — Objetivo

O objetivo desta Associação é dar assistência a obras e obreiros nacionais.



blicas, o prédio para funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, sediada no Município de Cascavel.

PROJETO DE LEI N.º 123-73 — de autoria do Deputado Francisco Escorin, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Ibioporã, tratores que especifica, inservíveis e pertencentes à Secretaria de Agricultura.

PROJETO DE LEI N.º 130-73 — de autoria do Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, sediada na cidade de Paranaguá.

PROJETO DE LEI N.º 115-73 — de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Sede do Município da Lapa e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 136-73 — de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública, a "Igreja Seicho-no-ie do Brasil" com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo.

PROJETO DE LEI N.º 140-73 — de autoria do Deputado João Calil Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio na cidade de Pérola, para instalação e funcionamento no ano letivo de 1974.

PROJETO DE LEI N.º 185-73 — de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo conceder incentivos às indústrias que vierem a se instalar no Estado do Paraná e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 204-73 — de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo criar, na "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras" da cidade de Arapongas, um curso de Jornalismo.

PROJETO DE LEI N.º 258-73 — de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo fazer o Seguro de todos os veículos oficiais de seu uso e propriedade, na forma que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 23-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 14-74, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1.º de março do corrente, os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos Integrantes da P.M.E. — APROVADAS.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Lélío Guimarães Sotomaior — Secretário.

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 115-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com sede e foro na cidade da Lapa.

Parágrafo único. O regime de manutenção e o órgão mantenedor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com criação prevista neste artigo, serão indicados por iniciativa do egrégio Conselho Estadual de Educação.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-5-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASILIO ZANUSSO

IRIS CALDART

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 118-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um prédio destinado ao funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, na sede do Município de Cascavel.

Art. 2.º. As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-5-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASILIO ZANUSSO

IRIS CALDART

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 123-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Ibioporã, os tratores marca "John Deere", números 7325922, 7325923 e 7325899 e um trator marca "Caterpillar", de esteira, série 40-A motor número 1596, todos inservíveis, pertencentes à Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-5-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASILIO ZANUSSO

IRIS CALDART

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 130-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, sediada em Paranaguá.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-5-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASILIO ZANUSSO

IRIS CALDART

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 136-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Igreja Seicho-No-Ie do Brasil, com sede central e foro na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-5-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASILIO ZANUSSO

IRIS CALDART

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 140-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio na sede do Município de Pérola, com instalação e funcionamento no próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-5-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASILIO ZANUSSO

IRIS CALDART

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 185-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a conceder às indústrias que venham a se instalar no Paraná, incentivos destinados a estimular o desenvolvimento econômico e social do Estado.

§ 1.º. Serão considerados de fundamental interesse os empreendimentos que objetivem a instalação de indústrias em quaisquer municípios, favorecendo-se preferencial e proporcionalmente as que venham a se localizar nas regiões mais interiorizadas e de maior índice de desenvolvimento econômico e social.

§ 2.º. Merecerão, também, tratamento preferencial as indústrias que venham a se instalar em Distritos Industriais, cuja criação tenha sido aprovada pelos órgãos competentes do Governo do Estado.

§ 3.º. Os incentivos poderão, também, ser concedidos às indústrias já existentes desde que venham a expandir suas atividades.

§ 4.º. Os incentivos de que trata o artigo poderão ser fiscais e materiais, estes relacionados com a elaboração de projetos e serviços e obras de infraestrutura.

Art. 2.º. Na regulamentação da presente Lei, o Poder Executivo, levando em conta o interesse público e a política nacional de desenvolvimento, disciplinará as formas de concessão dos incentivos; estabelecerá os critérios, as condições e os requisitos essenciais ao seu uso e gozo e fixará os valores percentuais e o prazo dos benefícios, tomando por base as normas usuais existentes nas demais Unidades da Federação.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-5-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASILIO ZANUSSO

IRIS CALDART

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 204-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas, um Curso de Jornalismo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-5-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASILIO ZANUSSO

IRIS CALDART

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 258-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer o seguro de todos os seus veículos, destinados ao transporte dos titulares ou funcionários dos respectivos órgãos a que pertençam, inclusive, de risco contra terceiros.

Art. 2.º. O seguro de que trata o artigo anterior será efetivado com as diversas companhias especializadas, mediante concorrência pública.

Art. 3.º. A Secretaria de Estado dos Negócios do Governo regulamentará a presente Lei dentro de 90 (noventa) dias.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-5-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASILIO ZANUSSO

IRIS CALDART

Relatores

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 23-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do Estado ficam majorados em 10% (dez por cento) a partir de 1.º de março de 1974.

Art. 2.º. O disposto no artigo anterior aplica-se:

I — Aos Membros da Magistratura, do Ministério Público, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal; e

II — Aos Secretários de Estado, Chefes da Casa Civil e Casa Militar do Governador do Estado e ao Procurador Geral do Estado.

Art. 3.º. Sobre os vencimentos de que tratam os artigos 1.º e 2.º desta Lei, excetuadas as funções gratificadas fica concedido um abono provisório de 10% (dez por cento) a partir de 1.º de outubro de 1974.

Art. 4.º. Os efeitos desta Lei são extensivos ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 5.º — O Valor das pensões especiais pagas pelo Estado fica majorado para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a partir de 1.º de março de 1974.

Art. 6.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), destinados ao atendimento de despesas decorrentes da execução da presente Lei.

Art. 7.º. Para a fiel execução do disposto nesta Lei o Poder Executivo, nas devidas oportunidades, fará publicar as tabelas decorrentes da majoração e abono concedidos.

Parágrafo único. Nas tabelas a que alude o "caput" deste artigo serão desprezadas as frações de cruzeiros.

Art. 8.º. Fica o Poder Executivo autorizado, a sempre que o Governo

Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, reajustar, por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual, até os mesmos percentuais e vigência adotados pela União, dentro das limitações orçamentárias.

Parágrafo único. Concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá, com as deduções que se fizerem necessárias, a incorporação do abono provisório de que trata o art. 3.º, desta Lei.

Art. 9.º. As vantagens de que trata a lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971 são mantidas nos valores anteriores à vigência desta Lei, acrescidos de 10% (dez por cento).

Art. 10. Fica revogado o artigo 2.º da Lei n.º 6.461, de 25 de setembro de 1973.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7-5-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSO  
IRIS CALDART  
Relatores